

A MORAL ECONÔMICA E A ESCRAVIDÃO NEGRA NO PENSAMENTO IBERO-AMERICANA: TOMÁS DE MERCADO^{1 2}

Alfredo S. Culleton³

ORCID: 0000-0003-2036-1025

Correo electrónico: alfredoculleton@hotmail.com

Resumo

Faremos, neste artigo, uma reconstrução do pensamento do teólogo Tomás de Mercado no tocante à escravidão negra. Ainda que esse não seja um tema que Tomás de Mercado trate muito extensamente, as suas considerações e os seus argumentos, sobretudo desde o ponto de vista econômico-moral (ou de uma moral da economia), plasmados na sua *Suma de tratos y contratos* (1571), são de grande interesse e originalidade filosófica, assim como o são os de toda uma geração de intelectuais contemporâneos herdeiros das tradições escolásticas desenvolvidas na Península Ibérica e enraizadas nas Américas.

Palavras chave: escravidão negra, pensamento ibero-americano, filosofia moral.

MORAL ECONÓMICA Y ESCLAVITUD NEGRA EN EL PENSAMIENTO IBEROAMERICANO: TOMÁS DE MERCADO⁴

Resumen

En este artículo reconstruiremos el pensamiento del teólogo Tomás de Mercado sobre lo concerniente a la esclavitud negra. Si bien este no es un tema que Tomás de Mercado trate de manera muy extensa, sus consideraciones y argumentos, especialmente desde el punto de vista económico-moral (o desde el punto de vista de una moral de la economía), se reflejan muy claramente en su *Suma de tratados y contratos* (1571), y son de gran interés y

¹ N.E. El título completo según el autor es: “A MORAL ECONÔMICA E A ESCRAVIDÃO NEGRA NO PENSAMENTO IBERO-AMERICANA: TOMÁS DE MERCADO E A “SUMA DE TRATOS Y CONTRATOS” (1571)”

² Se acompaña, al final del artículo, la traducción del texto al castellano.

³ Doutorado em Filosofia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul: Porto Alegre, RS, BR.

⁴ N.E. El título completo según el autor es: “MORAL ECONÓMICA Y ESCLAVITUD NEGRA EN EL PENSAMIENTO IBEROAMERICANO: TOMÁS DE MERCADO Y LA “SUMA DE TRATOS Y CONTRATOS” (1571)”

originalidad filosófica, al igual que los de toda una generación de intelectuales contemporáneos, herederos de las tradiciones escolásticas desarrolladas en la Península Ibérica y arraigadas en América.

Palabras clave: esclavitud negra, pensamiento ibero-americano, filosofía moral.

ECONOMIC MORALITY AND BLACK SLAVERY IN IBERIAN AMERICAN THINKING: TOMÁS DE MERCADO⁵

Abstract:

In this article, we'll reconstruct the thinking of the theologian Tomás de Mercado regarding black slavery. Although this is not a topic that Tomás de Mercado deals with very extensively, his considerations and arguments, especially from the moral economics point of view (or from an moral of economic point of view), reflected in his *Summa de Tratos y Contratos* ("Manual of Deals and Contracts") (1571), are of great interest and philosophical originality, as are those of a whole generation of contemporary intellectuals, heirs of the scholastic traditions developed in the Iberian Peninsula and rooted in the Americas.

Keywords: black slavery, ibero-American thinking, moral philosophy.

1. Introdução

O assunto que queremos trazer neste artigo é o da escravidão negra e os instrumentos teóricos com os quais os teóricos Ibero-Americanos dos séculos XVI problematizam a questão. Para isto vou me valer de um destes pensadores, o dominicano Tomás de Mercado, pela clareza com que expõe a sua posição a respeito. Queremos destacar deste teólogo dominicano Tomás de Mercado a façanha de combinar a sua formação intelectual com uma experiência direta do comércio entre os continentes dos dois lados do Atlântico. Pouco se sabe sobre a sua vida em Sevilha, onde nasceu em 1523, exceto que, em uma idade muito precoce, Tomás de Mercado foi para o México, onde se juntou à Ordem dos Pregadores, em

⁵ N.E. El título completo según el autor es: "ECONOMIC MORALITY AND BLACK SLAVERY IN IBERIAN AMERICAN THINKING: TOMÁS DE MERCADO AND THE "SUM OF TREATIES AND CONTRACTS" (1571)"

1551. Estudou Artes e Teologia na recentemente fundada Universidade de Nueva España, onde mais tarde foi professor de *Prima Theologiae*. Em 1558, recebeu as sagradas ordens e, desde então, ensinou no Convento de Santo Domingo. Em 1562, foi enviado para Espanha no intuito de completar os seus estudos em Salamanca, onde se fez Mestre em Teologia. Mais tarde, viveu por um tempo em Sevilha. Morreria no mar, durante a sua viagem de volta para o México, em 1575.

Os grandes temas do Livro II da *Suma de tratos y contratos* (1571) de Tomás de Mercado,⁶ sob o título de “Del trato de los Negros de Cabo Verde”, são o comércio, os benefícios do comércio e os seus limites. É nesse contexto que Mercado estuda a escravidão. Ele não o faz no âmbito da antropologia ou da teologia, mas no da economia política. Como é sabido, os escolásticos abordam as questões econômicas desde uma perspectiva moral, fazendo um exame minucioso daquelas situações de conflito que poderiam provocar comportamentos ou contratos que infringissem os princípios da justiça. Para isso, valem-se, como referências primeiras, de Aristóteles, sobretudo na *Ética a Nicômaco* e na *Política*, e de Tomás de Aquino, sobretudo da *Suma de teologia* IIa-IIae.

Há, nessa geração de escolásticos, uma preocupação não só com temas tais como o preço justo, os juros, o câmbio e o monopólio, mas também, e com a mesma intensidade, a compra, a venda e o transporte de escravos. Essa geração de teólogos da Escola de Salamanca escreve sobre temas de economia em função das incertezas relativas às novas práticas comerciais que o descobrimento da América acarretou (Culleton, 2012). Foram os escândalos cometidos no comércio, a usura, a simonia e os abusos econômicos de todo tipo que moveram esses doutores a tratar o tema. Os seus textos, em muitos casos, não eram

⁶ Ainda que Tomás de Mercado tenha escrito uma primeira versão intitulada *Tratos y contratos de mercaderes*, publicada em Sevilha no ano de 1569, esse último texto recebeu críticas e sugestões de adaptações, entre elas a de que Tomás de Mercado incluísse um primeiro capítulo sobre a lei natural e a virtude da justiça. Feitos os ajustes, a obra foi publicada com o nome de *Suma de tratos y contratos*, Sevilla, Hernando Diaz, 1571. É essa a edição de referência – à qual se seguem inúmeras reedições até os dias de hoje. Em regra, é a ela que os comentadores fazem remissão. Já no século XVI, muitas edições da *Suma de tratos y contratos* surgiram, bem como uma tradução para o italiano, em 1591. Contemporaneamente, duas edições estão à disposição, uma delas incompleta: Mercado, Tomás de. (1975). *Suma de tratos y contratos*, ed. R. Sierra Bravo, Madrid, (incompleta); Mercado, Tomás de. (1977). *Suma de tratos y contratos*, ed. N. Sánchez-Albornoz, Madrid, 2. Vols., (completa). A versão que utilizamos no presente estudo é Mercado, Tomás de. (1587). *Suma de tratos y contratos*, Sevilla, Hernando Diaz.

tratados acadêmicos de economia, mas textos morais, dirigidos a comerciantes e entendidos, em sua natureza, como um suporte para os orientadores espirituais e os confessores.

Ao analisar de maneira minuciosa a complexidade dessas atividades comerciais, os escolásticos pré-modernos acabaram por fazer contribuições significativas às teorias do valor, do preço e monetárias. Apesar disso, eles não estavam preocupados com as questões econômicas em si, mas, sobretudo, com a salvação espiritual do ser humano e, mais especificamente, em determinar se as suas ações, em todas as áreas da vida social e cotidiana, eram governadas pelo princípio da justiça. Esse princípio era condição necessária não só para a salvação individual, mas para a realização do projeto político da Cristandade nas Américas.

Se o projeto da Cristandade deveria ser governado por princípios de justiça, então as relações econômicas não poderiam ser uma exceção. Nesse sentido, os temas do preço justo e da equidade, assim como o tema da conservação dos princípios morais nos contratos de compra e venda e de empréstimo, eram cuidadosamente estudados. É nesse contexto que o tema do comércio de negros africanos é tratado.

Esse mesmo contexto ajuda a entender por que não se discute a abolição ou não da escravidão, em termos estritos, como foi discutida por Francisco de Vitoria ou Bartolomé de Las Casas a injustiça da escravidão (natural) dos ameríndios. O que está agora em questão é a legitimidade da compra-e-venda e o dever de trato humanitário dos escravos (Hugh, 1997). Em sua maioria, os escolásticos pré-modernos antes avaliam e denunciam o tratamento aplicado aos negros no transporte até as colônias, o modo de sua captura e a vida que levam do que questionam a própria instituição da escravidão. Em princípio, essa instituição era justificável, tendo como marco referencial teórico o *ius gentium* romano. Dessa maneira, expressamos discordância face a leituras que tentam atribuir a Tomás de Mercado um antiescravismo de teor abolicionista, como também o faz, por exemplo Beuchot Puente (1992) e Sastre Varas (1990).

2. “Del trato de los negros de Cabo Verde”

Vejamos o tratamento dado por Tomás de Mercado a esse tema na sua *Suma*. O autor se dedica especificamente ao assunto no Livro II, Capítulo XXI, que ganha o título de “Del trato de los negros de Cabo Verde”. Ali, Tomás de Mercado parte de três supostos: (a) o rei de Portugal tem autoridade e age de boa fé sobre as costas do “Cabo Verde”; (b) em princípio ou teoricamente, a escravidão pode ser legítima; (c) é preciso denunciar os abusos e as injustiças que efetivamente acontecem. Para tratar o tema da escravidão, Tomás de Mercado coloca alguma luz sobre o direito relativo à escravidão e, depois, trata os fatos sobre escravizações e comércio de escravos e a sua moralidade.

Tomás de Mercado (1587b: 102), começa assumindo a legítima jurisdição “que o Rei de Portugal tem naquelas partes sobre eles, nem as leis ou pragmáticas que ele estabelece e promulga sobre os meios que se hão de adotar na contratação e venda deles”. Se o Rei de Portugal tem império e senhorio, o que hoje entenderíamos como soberania, então, dirá Tomás de Mercado, deve-se assumir que ele atua em “razão e justiça”. Questionar isso seria “entrar em um labirinto”, porque nesse caso Tomás de Mercado se veria obrigado a enfrentar a legitimidade de todo um regime de autoridade real, o que não é o seu propósito em seu tratado. O pensador dominicano prefere centrar-se na discussão sobre a justiça, e não sobre o cativo em si.

Com esse propósito, Tomás de Mercado será breve no tratamento que dá ao direito, para logo depois dedicar-se mais longamente aos fatos, isto é, ao modo como efetivamente se dá o comércio de negros. Quanto ao direito, o autor afirma, fundado na autoridade dos teólogos, que “prender e / ou vender negros é lícito e *de jure gentium*” (Mercado, 1587b: 102), assim como é do direito das *gentes* a divisão e a distribuição das coisas. Retomando a tradição jurídica a respeito disso, Tomás de Mercado dirá que “há bastantes razões e causas pelas quais alguém pode ser capturado e vendido” (Mercado, 1587b: 102). Ele elenca as três razões consagradas pela tradição clássica para que haja escravização de pessoas: pela guerra, quando os vencedores escravizam os perdedores; pelos delitos públicos, quando

alguém comete determinados crimes que prevêm como pena a perda da liberdade; quando os pais, em extrema necessidade, exercem a sua “faculdade natural” de vender os seus filhos para garantir a própria sobrevivência (Mercado, 1587b: 103).

O autor faz uma ressalva importante, ao advertir que, entre os cristãos, essas práticas não se realizam, mesmo que tomar como escravo o cativo e vendê-lo fossem costumes muito comuns, inclusive uma “prática sem exceção” nas demais nações e *gentes*. O autor compara não só as práticas dos cristãos relativas aos não cristãos, mas faz uma reflexão sobre supostos níveis de civilidade, de acordo com os graus de politização, comparando as populações de Guiné com as populações nativas do México e do Peru (Obregón, 2002). Tomás de Mercado defende a ideia de que essas últimas populações reconhecem, além dos seus líderes locais, uma autoridade política superior – em Michoacán no caso dos nativos do México, e em Cusco no caso dos nativos do Perú. Para Tomás de Mercado, os africanos são politicamente organizados de outra maneira; os assim chamados “etíopes”⁷ se ordenam em pequenos senhorios e reinos, onde cada povo tem o seu senhor e rei e “onde não se reconhece um príncipe supremo a quem todos obedecem e respeitam” (Mercado, 1587b: 103). O autor vincula essa fragilidade política entre os africanos às constantes guerras e lutas por cativos, à arbitrariedade das leis e à futilidade dos motivos pelos quais os pais vendem os filhos.

Na argumentação desenvolvida por Tomás de Mercado, encontramos uma valorização da política em moldes aristotélicos, em que se relaciona a escravidão à falta de autoridade e de leis; de todo modo, Tomás de Mercado não vincula a escravidão a uma aptidão natural para o status servil ou a um tipo de barbárie atribuída a povos não cristãos. Essencialmente, para o pensador dominicano a escravidão seria justificada teoricamente e praticada na medida do grau de civilidade ou desenvolvimento político dos diferentes povos, de sorte que os cristãos já não a praticariam por nenhum dos três motivos previstos. Antes, os cristãos substituiriam a escravidão em caso de guerra por prisões e resgates, os delitos por penas e a necessidade dos pais pelo mandamento da caridade.

⁷ Denominação usual entre os escolásticos pré-modernos para os africanos negros.

3. A escravidão

Está claro para Tomás de Mercado que quem primeiramente escraviza não é o português ou o espanhol, mas o próprio nativo africano. Isso só seria justificado se ocorresse nos casos já elencados: no tocante a prisioneiros de guerra, a pessoas que cometeram delitos graves e diante da necessidade de sobrevivência dos pais. Se esses fossem os casos pressupostos para as escravizações, poderia então haver justificação do comércio de escravos negros. Contudo, o autor levanta suspeita sobre se aqueles efetivamente são os motivos por detrás das escravizações. Ele relata evidências em contrário, o que suspenderia a legitimidade de tal comércio.

Assim afirma Tomás de Mercado (1587b: 103):

Isso pressuposto, seja conclusão geral que todos os que vêm, por um desses três títulos, podem ser vendidos e comercializados, e levados a quaisquer partes, porque qualquer um deles basta para privar o homem de sua liberdade, caso seja verdadeiro. Mas, o mal está em que a esses três [títulos] lícitos e suficientes se mesclam infinitos [motivos] fingidos ou injustos, tal que [os escravos] vêm enganados, violentados, forçados e furtados.

Tem-se nessa passagem o momento de inflexão do argumento de Tomás de Mercado. O autor declara saber que são efetivamente poucos os africanos detidos (em cativo) e vendidos com justa causa.

Ao título de guerra justa se mescla[m] [razões] das quais muitas ou quase todas são injustas (...) como [o fato de que] os portugueses e os castelhanos pagam um tanto por um negro, sem que haja guerra, [e] andam à caça de uns e outros como se fossem cervos (...); dessa maneira vêm infinitos cativos, contra toda a justiça. (Mercado, 1587b: 103)

Tomás de Mercado destaca que a injustiça também é cometida pelos próprios “etíopes”, que, por causa de sua bestialidade e cobiça, vendem os seus próprios. Quanto ao título de escravidão a partir de castigos por delitos, Tomás de Mercado chama a atenção para as arbitrariedades, os falsos testemunhos, as emboscadas, em que se prendem famílias inteiras

para que sejam escravizadas e vendidas, sem nenhuma garantia de justiça. Algo semelhante se diz da prerrogativa dos pais que se encontram em extrema necessidade, dado que esse título é banalizado, e os filhos acabam sendo vendidos nas praças por qualquer motivo fútil. Diante disso, Tomás de Mercado coloca a ênfase do argumento do seu capítulo nos desvios cometidos por aqueles que, em teoria, teriam a prerrogativa de vender escravos, levantando, desse modo, suspeita sobre a sua justiça.

4. O comércio

Os doutores escolásticos exigirão o respeito à justiça comutativa como imperativo da moralidade, mas também, e, sobretudo, como exigência da racionalidade, isto é, na dimensão inteligível da análise (Culleton, 2012). De acordo com Tomás de Mercado, aquilo que foi acordado em benefício de todos – vida em comum e cooperação para a satisfação mútua das necessidades – não deve beneficiar ou prejudicar a uns mais do que a outros. O pressuposto moral, no esquema escolástico, exige o suporte da razão (Obregón, 2012).

Da parte dos compradores, nesse caso os espanhóis, Tomás de Mercado também denuncia os abusos e as enganações cometidas pelos europeus ao atrair os negros aos barcos com quinquilharias, partindo depois rapidamente. Isso configuraria o que chamaríamos, hoje, de sequestro. O pensador dominicano denuncia igualmente a crueldade no tratamento dado aos africanos, com respeito aos cuidados com a vestimenta, a comida e a bebida. Tomás de Mercado exibe um domínio de dados concretos e de detalhes do transporte, caracterizando alguém que estava muito familiarizado com o comércio de escravos. Ele se esforça em demonstrar que essas irregularidades e esses usos tergiversados das legítimas justificativas da escravidão estavam em rápido crescimento, devido à constante valorização do negro nos mercados. Sem hesitar, Tomás de Mercado (1587b: 104) afirma que a origem da maioria dos negros comercializados era “o engano ou o cativo tirânico”. Fica evidente, aqui, que Tomás de Mercado não tem como referência teorias anti-escravistas, mas sim uma teoria da justiça de origem aristotélico-tomista e a ideia de um trato humanitário próprio da tradição cristã. Ele classifica o tratamento dado pelos comerciantes cristãos aos negros como muito mais cruel que o tratamento ministrado pelos turcos aos cristãos. Essa atitude era deveras

críticável, em especial diante da consideração de que os negros eram batizados, mesmo que de um modo que, segundo Tomás de Mercado, carecia de devida preparação para o sacramento e do consentimento desses adultos. Seja como for, os africanos batizados eram cristãos e, não obstante isso, recebiam um tratamento indigno de tal condição.

Se desde o ponto de vista da moral cristã é condenável o trato cruel dado aos negros africanos, tanto na sua captura quanto no seu traslado, um intelectual da Escola de Salamanca tem por obrigação explicar essa atitude condenável a partir de outra base, a saber, do direito natural. Tomás de Mercado admite que, na perspectiva do *direito das gentes*, a escravidão é uma prática legítima. Mas, a partir desse mesmo direito caberia haver restrições para a prática da escravidão. A força e a violência com que as escravizações e os tratos se fazem são razão suficiente para não participar de tal prática, independentemente dos esforços que os comerciantes tenham feito para realizar a compra e o transporte dos escravos. Essa restrição se justifica por um princípio, evidente para Tomás de Mercado, segundo o qual a má fama relativa à origem dos produtos comercializados por alguém é razão suficiente para a não aquisição do produto. A razão disso é que, caso o produto tenha sido comprovadamente “mal havido”, isto é, obtido de maneira ilegítima, o atual dono está obrigado a restituir o mesmo ao seu dono original, sem ter o primeiro qualquer direito à reparação.

Esse será, do ponto de vista do direito, o argumento central de todo o Capítulo XXI da *Suma de tratos y contratos*. O comércio de escravos negros não reúne os dois requisitos mínimos para a sua legitimidade, a saber, a legítima procedência e o justo tratamento. Afinal, exige-se de qualquer produto que ele tenha sido legitimamente adquirido e seja bem cuidado, e isso não só na perspectiva humanitária ou cristã, mas, sobretudo, na perspectiva do direito das gentes, que se pretende universal. Tomás de Mercado (1587b: 105) faz a ressalva de que, se isso vale para qualquer produto, vale tanto mais quando se trata “da liberdade que não tem valor nem preço”.

Mesmo qualquer outra mercadoria, em sua condição de não ser capaz de injúria, sendo irracional, já apenas com a crença provável de ser mal havida ou alheia não pode ninguém

comerciá-la a não ser somente para devolvê-la ao seu dono; por esse motivo, condenamos os vendedores de segunda mão quando comerciam o que crêem provavelmente ser roubado e também os ourives, se comerciam com os que crêem, com verossimilhança, que são ladrões. Muito menos haverá conveniência em comercializar negros, de quem se tem por certo que, em sua maioria ou em grande número, são mal habidos e, pior ainda, traídos.

Ainda que não faça referências às leis dos césares romanos, como havia feito no Capítulo XI da *Suma de tratos y contratos*, ao tratar da compra e venda, nem aos princípios das *Institutas* de Justiniano ou às fontes da tradição teológico-moral de São Paulo ou Tomás de Aquino, como fizera em diversas passagens da sua obra (Mercado, 1587a). Tomás de Mercado parece estar tratando de algo evidente para o seu público leitor, ou seja, os mercadores de Sevilha, ao afirmar que não é certo comerciar mercadorias de origem duvidosa, sob pena de perder tudo. A regra geral, afirma o autor:

(...) é que, para ser lícita uma venda e compra, é mister que eu esteja seguro de que é do mercador aquilo que ele vende e que ele o tem com justo título; requer-se, ao menos, que não haja fama do contrário (Mercado, 1587b: 105).

Caso em que a sua aquisição teria de ser proibida. A dúvida, nesse caso, não favorece a transação, mas a proíbe.

A pena para quem cometer esse tipo de negócio, em qualquer gênero de mercadoria, não é só uma pena de caráter moral, mas também material: o infrator tem a obrigação de restituir o bem comprado. No caso do comércio de negros, diz Tomás de Mercado, o delito é ainda mais grave, em função da dificuldade de efetivar a restituição, de modo que quem tira os africanos das suas terras comete uma injustiça ainda maior do que aquele que injustamente os captura. Isso se explica pela impossibilidade de os transportados reaverem a sua liberdade, depois de estarem tão distantes das suas terras, ao passo que ainda “em sua terra, embora estivessem injustamente em cativeiro, ao final teriam a esperança de serem libertados” (Mercado, 1587b: 106). Tomás de Mercado mostra especial sensibilidade na percepção das consequências práticas de hipóteses especulativas que pudessem induzir os

agentes ao erro.

Tomás de Mercado sustenta que, ainda que algumas leis civis possam ser ambíguas ou mesmo equívocas, relativamente à lei natural, no caso da licitude do comércio de escravos elas não o são. Por isso mesmo, afirma que as leis civis “antes comandam que, uma vez constatada a violência ou o engano que lhes foi feito, a liberdade se lhes seja perfeitamente restituída” (Mercado, 1587b: 106), entendendo aqui "perfeitamente" como “completa” ou “integralmente”. Sem dúvida, essa exigência se mostraria extremamente difícil de cumprir, em se encontrando os escravos já nas Américas. O dominicano oferece como exemplo o caso de um negro no México, que, tendo feito queixa formal à Audiência Real de ter sido embarcado contra a sua vontade, foi libertado. Aqueles que o venderam tiveram que devolver o dinheiro recebido pela transação. Nesse caso, a punição se volta ao comerciante, e não ao próprio dono, ainda que os dois tenham sido compradores.

Com esse exemplo, o autor busca, com argumentos estritamente econômicos, desestimular os comerciantes a praticarem a compra e venda de escravos negros. Ele destaca que a única maneira de evitar eventuais prejuízos econômicos nessa atividade é evitá-la diretamente, apontando um amplo leque de consequências práticas: (a) para os comerciantes espanhóis, aos quais o livro de Tomás de Mercado se destinava, o fim do tráfico abriria possibilidades de exercerem um comércio mais seguro e sustentável em termos econômicos; (b) o fim do dito comércio moderaria a cobiça dos fornecedores portugueses, que dependiam dos comerciantes espanhóis; (c) o encerramento daquelas atividades alertaria as autoridades sobre os métodos que estavam sendo utilizados para a sua prática – supunha-se que as autoridades pudessem ignorar os abusos e a violência cometidos em Cabo Verde.

Tomás de Mercado levanta ainda uma possibilidade hipotética. Poderia ser o caso que o mercador fizesse uma minuciosa e escrupulosa investigação sobre a origem e a condição de cada um dos escravos que estariam sendo postos à venda, antes de fazer negócio. O próprio dominicano responde a essa possibilidade, apelando – sem referência exata – a Aristóteles, bem como à razão em si: “o bom conselheiro não aconselha unicamente o melhor, se ele não é factível, mas também o que pode ser de fácil execução, especialmente nesses

negócios de mercadores” (Mercado, 1587b: 106). Ora, orientar em prol da dita hipótese seria imprudente, porque é muito difícil cumprir o proposto. No melhor cenário, tornaria inviável o negócio de escravos. Fica novamente evidente a aplicação da razão prática por parte de Tomás de Mercado, que não só considera o que é bom, mas também a natureza do agente.

5. Corolário

Em uma passagem um tanto confusa, no final do Capítulo XXI da *Suma de tratos y contratos*, Tomás de Mercado (1587b: 107) destaca ainda um aspecto relativo ao direito e à teologia, no novo mundo “redondo” e “globalizado” de então, dizendo: “Vocês acham que temos aqui outro direito e outra teologia?”. Com isso, ele quer destacar que há um só direito e uma só teologia, sejam essas proclamadas em Sevilha, Salamanca, Coimbra, nas Américas ou na África. Não é uma a doutrina normativa proclamada pelos doutores e outra a experienciada pelos comerciantes, distantes dos centros intelectuais ou dos centros de poder. É evidente o conflito existente entre a boa fé dos reis, da Espanha ou de Portugal, e o que efetivamente estava acontecendo em termos legais e morais nos territórios conquistados em nome desses mesmos soberanos. De um ponto de vista institucional, havia uma política amparada em um projeto de cristandade, baseada na fé cristã, na razão grega e na tradição do direito romano. Esse conjunto de orientações obriga a certa coerência nas práticas comerciais, evitando as que seriam escandalosas e detestáveis aos próprios regentes. Tomás de Mercado atribui à ambição desmedida e à falta de escrúpulos dos conquistadores *encomenderos* e dos comerciantes os casos de violência que se verificavam no comércio, em especial no tráfico de escravos.

Ainda que os soberanos não ficassem sabendo das atrocidades cometidas, havia duas advertências nas quais Tomás de Mercado (1587b: 107) insistia, no intuito de orientar o agir dos comerciantes: em primeiro lugar, a certeza da existência de um Deus que ele chama de “Divina Majestade, que tudo sabe e vê”, a quem todos prestarão contas de suas ações. Em segundo lugar, a certeza, cuja fonte não é nem a teologia nem o direito, mas a convicção pessoal, que recebe expressão nas seguintes palavras: “Também sei que se perde,

ainda nesta vida, aquilo que é mal ganho, bem como o seu dono”. Tomás de Mercado reforça essa percepção com a experiência que entende ser de todos, a saber, que aqueles que tentaram prosperar comerciando escravos negros tiveram prosperidade de curta duração. O que muito desagradava a Deus, a isso Deus rapidamente o castiga. Como teólogo, Tomás de Mercado sabia que essa recomendação não se comprova; como pastor e orientador de comerciantes, sabia que esse tipo de apelo causava intimidação.

Ao final, Tomás de Mercado (Mercado, 1587b: 103) apela a um princípio de autoridade, significativo à sua época, a saber, que tinha “conversado, disputado e conferido [tópicos] com bons eruditos de Salamanca, do México e daqui [de Sevilha]”. Queria dizer, com isso, que o seu parecer geral não era fruto da sua parcialidade nem da revelação divina, mas o resultado da erudição dos mais destacados doutores dominicanos. Ele termina o capítulo abruptamente, com a frase: “No restante, cada um consulte o seu confessor”. Nesse corolário, identificamos o respeito pela consciência individual e pela liberdade, liberdade essa que cada ser humano tem e sobre o qual não há regra absoluta. Esses eram novos tempos, que estavam sendo inaugurados: tempos de liberdade de consciência.

Referências bibliográficas

- Beuchot Puente, Mauricio. (1992). “Tomas de Mercado y la cuestión de la esclavitud de los negros”, in *Revista de Filosofía*, No. 75, pp. 342-50.
- Culleton, Alfredo Santiago. (2012). “Second-Scholastic Philosophy of Economics: Tomás Mercado’s Theory of Just Price”. *The Modern Schoolman*, No. 89, No. 1/2, pp. 9-24.
- Culleton, Alfredo Santiago. (2015). “The Origin and Autonomy of Money in Martín de Azpilcueta’s *Comentario Resolutorio de Cambios (1556)*”. *Mediaevalia. Textos e estudos*, No. 31, pp. 53-68.
- Mercado, Tomás de. (1587a). *Suma de tratos y contratos, Libro I*, Sevilla, Hernando Diaz, que também está disponível em <<http://www.cervantesvirtual.com/obra-visor/suma-de-tratos-y-contratos--0/html/>>. Acesso em: 5 Janeiro 2021.
- Mercado, Tomás de. (1587b). *Suma de tratos y contratos, Libro II, Capítulo XXI* Sevilla, Hernando Diaz, que também está disponível em <<http://www.cervantesvirtual.com/obra-visor/suma-de-tratos-y-contratos--0/html/>>. Acesso em: 5 Janeiro 2021.
- Noonan, John Thomas. (1957). *The Scholastic Analysis of Usury*, Cambridge, Harvard University Press.
- Obregón, Liliana. (2002). “Críticas tempranas a la esclavización de los africanos”, *Afrodescendientes en las Américas. Trayectorias sociales e identitarias. 150 años de la abolición de la esclavitud en Colombia*, Ed. UN, ICANH, IRD, ILSA, Bogotá, pp. 423-452.
- Sastre Varas, Lázaro. (1990). “Teoría esclavista de Tomás de Mercado”, in *Actas del II Congreso Internacional – Los Dominicos y El Nuevo Mundo*, Salamanca, Editorial J.B. Barquilla, pp. 287-300.
- Thomas, Hugh. (1997). *The Slave Trade: The History of the Atlantic Slave Trade: 1440-1870*, Nova York, Touchstone.

MORAL ECONÓMICA Y ESCLAVITUD NEGRA EN EL PENSAMIENTO IBEROAMERICANO: TOMÁS DE MERCADO¹

(Traducción)²

Alfredo S. Culleton³

Resumen

En este artículo reconstruiremos el pensamiento del teólogo Tomás de Mercado sobre lo concerniente a la esclavitud negra. Si bien este no es un tema que Tomás de Mercado trate de manera muy extensa, sus consideraciones y argumentos, especialmente desde el punto de vista económico-moral (o desde el punto de vista de una moral de la economía), se reflejan muy claramente en su *Suma de tratados y contratos* (1571), y son de gran interés y originalidad filosófica, al igual que los de toda una generación de intelectuales contemporáneos, herederos de las tradiciones escolásticas desarrolladas en la Península Ibérica y arraigadas en América.

Palabras clave: esclavitud negra, pensamiento ibero-americano, filosofía moral.

1. Introducción

El tema que se intenta plantear en este artículo es el de la esclavitud negra y los instrumentos teóricos con los cuales los teóricos iberoamericanos del siglo XVI problematizan esta cuestión. Para ello se retomará a uno de estos pensadores, un dominico Tomás de Mercado, por la claridad con la que expone su posición al respecto. Queremos destacar la hazaña de este teólogo dominico, al combinar su formación intelectual con una experiencia directa en el comercio de esclavos entre los continentes a ambos lados del Atlántico. Poco se sabe de su vida en Sevilla, donde nació en 1523, salvo que, a muy

¹ N.E. El título completo según el autor es: “MORAL ECONÓMICA Y ESCLAVITUD NEGRA EN EL PENSAMIENTO IBEROAMERICANO: TOMÁS DE MERCADO Y LA “SUMA DE TRATOS Y CONTRATOS” (1571)”

² N.E. El presente artículo ha sido traducido por la Secretaría de redacción. AB. Evelin Débora Kim y MG. Estefanía Paola Cuello

³ Doctor en Filosofía de la Pontificia Universidad Católica do Rio Grande do Sul: Porto Alegre, RS, BR.

temprana edad, se trasladó a México, donde se incorporó a la Orden de Predicadores en 1551. Estudió Artes y Teología en la recién fundada Universidad de Nueva España, donde posteriormente fue profesor de Prima de Teología (*Prima Theologiae*). En 1558 recibió las órdenes sagradas y, desde entonces, enseñó en el Convento de Santo Domingo. En 1562 fue enviado a España para completar sus estudios en Salamanca, donde obtuvo el título de Maestro en Teología. Luego, residió un tiempo en Sevilla. Murió en el mar durante su viaje de regreso a México en 1575.

Los temas principales de su Libro II de la *Summa de tratos y contratos* (1571)⁴, bajo el título “Del trato de los Negros de Cabo Verde”, son el comercio, los beneficios del comercio y sus límites. Es en este contexto que Mercado estudia la esclavitud. No lo hace en el campo de la antropología o la teología, sino en el campo de la economía política. Como es sabido, los escolásticos abordan los temas económicos desde una perspectiva moral, haciendo un examen minucioso de aquellas situaciones conflictivas que podrían desencadenar en conductas o contratos que infringiesen los principios de la justicia. Para ello tomaban, como primeras referencias, a Aristóteles, especialmente en *Ética a Nicómaco* y *Política*, y a Tomás de Aquino, especialmente en la *Suma Teológica IIa-IIae*.

En esa generación de escolásticos había una preocupación no solo por temas como el precio justo, los intereses, el cambio y el monopolio, sino también, con la misma intensidad, se preocupaban por la compra, venta y transporte de esclavos. Esa generación de teólogos de la Escuela de Salamanca escribía sobre temas económicos debido a las incertidumbres relacionadas con las nuevas prácticas comerciales que había traído el descubrimiento de América (Culleton, 2012). Fueron los escándalos cometidos en el comercio, la usura, la

⁴ Aunque Tomás de Mercado escribió una primera versión titulada *Tratos y contratos de mercaderes*, publicada en Sevilla en el año 1569, ese último texto recibió críticas y sugerencias de adaptaciones, entre ellas que incluyera un primer capítulo sobre el derecho natural y virtud de la justicia. Una vez realizados los ajustes, la obra se publicó con el nombre de *Suma de tratos y contratos*, Sevilla, Hernando Díaz, 1571. Esta es la edición de referencia, a la que seguirán numerosas reediciones hasta la actualidad. Por regla general, los comentaristas se refieren a él. En el siglo XVI aparecieron numerosas ediciones de *Suma de tratos y contratos*, así como una traducción al italiano, en 1591. Actualmente, hay dos ediciones disponibles, una de ellas incompleta: Mercado, Tomás de. (1975). *Suma de tratos y contratos*, ed. R. Sierra Bravo, Madrid, (incompleta); Mercado, Tomás de. (1977). *Suma de tratos y contratos*, ed. N. Sánchez-Albornoz, Madrid, 2 Vols., (completa). La versión que usamos en este artículo es Mercado, Tomás de. (1587). *Suma de tratos y contratos*, Sevilla, Hernando Díaz.

simonía y los abusos económicos de todo tipo los que movieron a estos doctores (escolásticos) a abordar el tema. Sus textos, en muchos casos, no eran de economía académica, sino de textos morales, dirigidos a los comerciantes y entendidos, por su naturaleza, como un apoyo a los consejeros espirituales y confesores.

Al analizar de manera minuciosa la complejidad de estas actividades comerciales, los escolásticos premodernos terminaron haciendo importantes aportes a las teorías del valor, precio y monetaria. A pesar de ello, no se preocuparon por las cuestiones económicas en sí mismas, sino, sobre todo, por la salvación espiritual del ser humano y, más concretamente, por determinar si sus acciones, en todos los ámbitos de la vida social y cotidiana, eran gobernadas por el principio de justicia. Este principio fue una condición necesaria no solo para la salvación individual, sino para la realización del proyecto político del cristianismo en las Américas.

Si el proyecto del cristianismo debía gobernarse por los principios de justicia, las relaciones económicas no podían ser una excepción. En este sentido, se estudiaron cuidadosamente los temas de precio justo y equidad, así como el tema de la conservación de los principios morales en los contratos de compraventa y de empréstito. Es en este contexto que se aborda la cuestión del comercio de los esclavos africanos.

Este mismo contexto ayuda a comprender por qué no se hablaba de la abolición o no de la esclavitud, en términos estrictos, como lo discutieron Francisco de Vitoria o Fray Bartolomé de Las Casas sobre la injusticia de la esclavitud (natural) de los amerindios (pueblos originarios). Lo que en ese momento estaba en cuestión era la legitimidad de la compra y venta y el deber de trato humanitario de los esclavos (Hugh, 1997). En su mayoría de los escolásticos premodernos evaluaron y denunciaron previamente el trato aplicado a los esclavos negros en el transporte a las colonias, la forma de su captura y la vida que llevan, antes de cuestionar la propia institución de la esclavitud. En principio, esta institución era justificable, usando como marco teórico referencial el *ius gentium* romano. Por ello, expresamos desacuerdo con lecturas que intentan atribuir a Tomás de Mercado una antiesclavismo de tenor abolicionista, como también lo hacen, por ejemplo, Beuchot

Puente (1992) y Sastre Varas (1990).

2. “Del trato de los negros de Cabo Verde”

Veamos el tratamiento que Tomás de Mercado le da a este tema en su *Summa*. El autor se dedica específicamente al tema del Libro II, Capítulo XXI, bajo el título “Del trato de los negros de Cabo Verde”. Allí, parte de tres supuestos: (a) el rey de Portugal tenía autoridad y actuaba de buena fe en la costa de “Cabo Verde”; (b) en principio o teóricamente, la esclavitud podía ser legítima; (c) era necesario denunciar los abusos e injusticias que efectivamente se producían. Para abordar el tema de la esclavitud, arroja algo de luz sobre la ley relativa a la esclavitud y luego aborda los hechos sobre la esclavitud, el comercio de esclavos y su moralidad.

Tomás de Mercado (1587b: 102), comienza asumiendo la legítima jurisdicción “que el rey de Portugal tiene en aquellas partes sobre ellos, ni las leyes o pragmáticas que establece y promulga ni sobre los medios que se han de tener en la contratación y venta de ellos”. Si el Rey de Portugal tiene imperio y señorío, que hoy entenderíamos como soberanía, entonces, dirá Tomás de Mercado debemos asumir que actúa con “razón y justicia”. Cuestionar esto sería “entrar en un laberinto”, porque en ese caso Tomás de Mercado estaría obligado a enfrentar la legitimidad de todo un régimen de autoridad real, que no es su propósito en el tratado. El pensador dominico prefiere centrarse en la discusión de la justicia, en lugar del cautiverio en sí.

Con ese propósito, será breve en el tratamiento que da a la ley, para dedicarse más a los hechos, es decir, a la forma en que efectivamente se lleva a cabo el comercio de esclavos negros. En cuanto a la ley, el autor afirma, basándose en la autoridad de los teólogos, que “cautivar o vender negros u otra cualquier gente es negocio lícito y *de jure gentium*” (Mercado, 1587b: 102), así como es del *derecho de gentes* a dividir y distribuir las cosas. Retomando a la tradición jurídica al respecto, dirá que “hay bastantes razones y causas por donde puede ser uno justamente cautivo y vendido” (Mercado, 1587b: 102). Mercado enumera las tres razones consagradas en la tradición clásica para esclavizar a las personas:

por la guerra, cuando los ganadores esclavizan a los perdedores; por delitos públicos, cuando alguien comete determinados crímenes que prevén la pérdida de la libertad como pena; cuando los padres, en extrema necesidad, ejercen su “facultad natural” de vender a sus hijos para asegurar su propia supervivencia (Mercado, 1587b: 103).

El autor hace una importante reserva, advirtiendo que, entre los cristianos, estas prácticas no ocurrirían, aun cuando tomar al cautivo como esclavo y venderlo fueran costumbres muy comunes, y fueran consideradas una “práctica sin excepción” en otras naciones y *gentes*. No solo compara las prácticas de los cristianos en relación con los no cristianos, sino que reflexiona sobre supuestos niveles de civilidad, de acuerdo con los grados de politización, comparando las poblaciones de Guinea con las poblaciones nativas de México y Perú (Obregón, 2002). Tomás de Mercado defiende la idea de que estas últimas poblaciones reconocen, además de sus líderes locales, una autoridad política superior - en Michoacán, en el caso de los nativos de México, y en Cuzco, en el caso de los nativos de Perú. Para Tomás de Mercado, los africanos están organizados políticamente de otra manera; los llamados “etíopes”⁵ se organizan en pequeños señoríos y reinos, donde cada pueblo tiene su señor y su rey y “no hay sobre ellos un supremo príncipe a quien todos obedezcan y respeten” (Mercado, 1587b: 103). El autor vincula esta debilidad política de los africanos con las constantes guerras y luchas por los cautivos, la arbitrariedad de las leyes y la futilidad de los motivos por los cuales los padres venden a sus hijos.

En el argumento desarrollado por Tomás de Mercado, encontramos una concepción de la política conforme al modelo aristotélico, en los que la esclavitud se relaciona con la falta de autoridad y de leyes; de este modo, no vincula la esclavitud a una aptitud natural para la condición servil ni a un tipo de barbarie atribuido a los pueblos no cristianos. Sino que esencialmente, para este autor, la esclavitud se justificaría teórica y prácticamente en la medida del grado de civilización o desarrollo político de los diferentes pueblos, de modo que los cristianos ya no la practicarían por ninguna de las tres razones señaladas. Más bien, los cristianos reemplazarían la esclavitud en caso de guerra con arrestos y rescates, de los delitos por penas y de la necesidad de los padres por el mandamiento de la caridad.

⁵ Denominación habitual entre los escolásticos premodernos para referirse a los africanos negros.

3. La esclavitud

Tomás de Mercado tiene claro que los primeros en esclavizar no son portugueses ni españoles, sino el propio africano nativo. Esto solo se justificaría si sucediera en los casos ya enumerados: con respecto a los prisioneros de guerra, a las personas que cometieron delitos graves y ante la necesidad de que los padres sobrevivan. Si estos fueran los casos presupuestos para la esclavitud, entonces podría haber justificación para el comercio de esclavos negros. Sin embargo, el autor levanta sospechas sobre si esas son realmente las razones detrás de la esclavitud y aporta evidencias en contra, lo que depondría la legitimidad de dicho comercio.

Así afirma:

Esto supuesto, sea conclusión general que todos los que vienen por uno de estos tres títulos se pueden vender y mercar y llevar a cualesquier partes, porque cualquiera de ellos es bastante para privar al hombre de su libertad, si es verdadero. Más es el mal que a estos tres [títulos] lícitos y suficientes se mezclan infinitas [razones] fingidas o injustas, que [los esclavos] vienen engañados, violentados, forzados y hurtados (Mercado, 1587b: 103).

En este pasaje, hay un punto de inflexión en el argumento. El autor declara que sabe que hay pocos africanos detenidos (en cautiverio) y vendidos con justa causa.

Al título de guerra justa se mezcla[n] [motivos, de los cuales] muchos o casi todos injustos (...) como [que] los portugueses y castellanos dan tanto por un negro sin que haya guerra, [y] andan a caza unos de otros como si fuesen venados (...) De esta manera vienen infinitos cautivos contra toda justicia. (Mercado, 1587b: 103)

Tomás de Mercado señala que la injusticia también la cometen los propios “etíopes”, que por su bestialidad y codicia venden a los suyos. En cuanto al título de esclavitud basado en penas por delitos, llama la atención sobre las arbitrariedades, los falsos testimonios, las emboscadas, en las que se detiene a familias enteras para que puedan ser esclavizadas y vendidas, sin garantía alguna de justicia. Algo parecido ocurriría con la prerrogativa de los

padres que se encuentran en extrema necesidad, dado que este título se banaliza y sus hijos acaban siendo vendidos en las plazas por cualquier motivo fútil. Ante esto, enfatiza el argumento de su capítulo en las desviaciones cometidas por quienes, en teoría, tendrían la prerrogativa de vender esclavos, levantando así sospechas sobre su justicia.

4. El comercio

Los doctores escolásticos exigían el respeto a la justicia conmutativa como imperativo de la moral, pero también, y sobre todo, como exigencia de la racionalidad, es decir, en la dimensión inteligible del análisis (Culleton, 2012). De acuerdo con Tomás de Mercado, lo acordado en beneficio de todos – la vida en común y la cooperación para la satisfacción mutua de necesidades – no debe beneficiar ni perjudicar a unos más que a otros. El supuesto moral, en el esquema escolástico, requiere el apoyo de la razón (Obregón, 2012).

Por parte de los compradores, en este caso los españoles, Tomás de Mercado también denuncia los abusos y engaños cometidos por los europeos al atraer a los negros a los barcos con baratijas y zarpar al poco tiempo. Esto configuraría lo que hoy llamaríamos secuestro. El pensador dominico también denuncia la crueldad en el trato a los africanos, con respecto al cuidado de la ropa, la comida y la bebida. Tomás de Mercado exhibe un dominio de datos concretos y detalles de transporte, caracterizándose como alguien que estaba muy familiarizado con el comercio de esclavos. Se esfuerza por demostrar que estas irregularidades y estos usos tergiversados de las justificaciones legítimas de la esclavitud estaban creciendo rápidamente, debido al gran interés y valor de los negros en los mercados. Sin dudar, afirma que el origen de la mayoría de los negros comercializados fue el “engaño o cautiverio tiránico” (Mercado, 1587b: 104). Es evidente aquí que Tomás de Mercado no se refiere a teorías antiesclavistas, sino a una teoría de la justicia de origen aristotélico-tomista y a la idea de un trato humanitario propio de la tradición cristiana. Él clasifica el tratamiento dado por los comerciantes cristianos a los negros como mucho más cruel que el tratamiento suministrado por los turcos a los cristianos. Esta actitud era de veras criticable, en especial frente a la consideración de que los negros eran bautizados, del mismo modo que, según Tomás de Mercado, carecían de la debida preparación para el

sacramento y del consentimiento de esos adultos. Sea como fuere, los africanos bautizados eran cristianos y, no obstante eso, recibían un tratamiento indigno de tal condición.

Si desde el punto de vista de la moral cristiana, el trato cruel dado a los negros africanos es condenable, tanto en su captura como en su traslado, un intelectual de la Escuela de Salamanca tiene la obligación de explicar esta actitud condenable desde otra base, a saber, desde el derecho natural. Tomás de Mercado admite que, desde la perspectiva del *derecho de gentes*, la esclavitud es una práctica legítima. Sin embargo, a partir de este mismo derecho, se podrían aplicar restricciones a la práctica de la esclavitud. La fuerza y violencia con la que se lleva a cabo la esclavitud y sus tratos son motivo suficiente para no participar en tal práctica, independientemente de los esfuerzos que los comerciantes hayan hecho para comprar y transportar a los esclavos. Esta restricción se justifica por un principio, evidente para el autor, según el cual la mala fama sobre el origen de los productos comercializados por alguien es motivo suficiente para no adquirir el producto. La razón de esto es que, si el producto ha resultado “mal habido”, es decir, obtenido ilegítimamente, el propietario actual está obligado a devolverlo a su propietario original, sin que el primero tenga derecho a reparación alguna.

Desde el punto de vista del derecho, este será el argumento central de todo el Capítulo XXI de la *Suma de Tratos y Contratos*. El comercio de esclavos negros no cumple los dos requisitos mínimos para su legitimidad, a saber, el origen legítimo y el tratamiento justo. Al fin, se exige que cualquier producto debe ser legítimamente comprado y bien cuidado, y no solo desde una perspectiva humanitaria o cristiana, sino que sobre todo, desde la perspectiva del *derecho de las gentes*, que se pretende universal. Tomás de Mercado (1587b: 105) hace la reserva de que, si esto es cierto para cualquier producto, lo es más cuando se trata de la “libertad, que no tiene valor ni precio”:

Aun cualquier otra mercancía, con no ser capaz de injuria siendo irracional, con sólo creer probablemente ser mal habida o ajena, no puede nadie mercarla sino para sólo volverla a su dueño; por lo cual condenamos a los ropavejeros cuando mercan lo que probablemente creen ser hurtado y a los plateros si mercan de los que creen verosímilmente ser ladrones. Cuánto menos convendrá mercar negros de quien se tiene por cierto que o los más o

muchos de ellos son mal habidos y peor traídos.

Aunque no se refiere a las leyes del césares romano, como había hecho en el capítulo XI, de la *Suma de tratos y contratos*, cuando se trata de compraventa, ni a los principios de las *Institutas* de Justiniano, ni a las fuentes de la tradición teológico-moral, de San Pablo o Tomás de Aquino, como hiciera en varios pasajes de su obra (Mercado, 1587a). Tomás de Mercado parece estar tratando con algo evidente para su público lector, es decir, los comerciantes de Sevilla, cuando afirma que no está bien comerciar con mercancías de dudosa procedencia, so pena de perderlo todo. La regla general dice que el autor:

(...) es que para ser una venta y compra lícita es menester que esté seguro yo sea suyo del mercader lo que vende y lo tiene con justo título; a lo menos requiérese no haya fama de lo contrario (Mercado, 1587b: 105).

En cuyo caso debería prohibirse su adquisición. La duda, en este caso, no favorece la transacción, sino que la prohíbe.

La sanción para quienes realicen este tipo de negocios, con cualquier tipo de mercancía, no es solo una sanción moral, sino también material: el infractor tiene la obligación de devolver los bienes adquiridos. Pero en el caso del comercio de esclavos, dice que el crimen es aún más grave, por la dificultad de llevar a cabo la restitución, por lo que quien se lleva a los africanos de sus tierras comete una injusticia aún mayor que el que injustamente los captura. Esto se explica por la imposibilidad de que los transportados recuperen su libertad, después de estar tan lejos de sus tierras, mientras todavía “en sus tierras, aunque estuviesen injustamente en cautiverio, al final tendrían la esperanza de ser libertados” (Mercado, 1587b: 106). Tomás de Mercado muestra una preocupación especial en cuanto a las consecuencias prácticas de las hipótesis especulativas que podrían inducir a los agentes al error.

Sostiene que, aunque algunas leyes civiles pueden ser ambiguas o incluso equívocas, en relación a la ley natural, en el caso de la licitud del comercio de esclavos, ellas no lo son. Precisamente por ello, afirma que las leyes civiles “antes mandan que, una vez constatada

la violencia o engaño que se les ha hecho, se les restituya perfectamente su libertad” (Mercado, 1587b: 106), entendiendo aquí “perfectamente” como "completo" o "integralmente". Sin duda, esta exigencia resultaría extremadamente difícil de cumplir, ya que los esclavos ya se encontraban en América. El dominico ofrece como ejemplo el caso de un negro en México, quien, habiendo hecho una queja formal ante la Real Audiencia por haber sido embarcado en contra de su voluntad, fue puesto en libertad. Quienes lo vendieron tuvieron que devolver el dinero recibido por la transacción. En este caso, la punición va dirigida al comerciante y no al propietario mismo, aunque ambos fueran compradores.

Con este ejemplo, el autor busca, con argumentos estrictamente económicos, disuadir a los comerciantes de practicar la compra y venta de esclavos negros. Señala que la única forma de evitar posibles pérdidas económicas en esta actividad es evitarla directamente, señalando un amplio abanico de consecuencias prácticas: (a) para los comerciantes españoles, a quienes iba dirigido el libro, abolir el tráfico abriría posibilidades para un comercio más seguro y económicamente sostenible; (b) el fin de dicho comercio moderaría la codicia de los proveedores portugueses, que dependían de los comerciantes españoles; (c) el cierre de esas actividades alertaría a las autoridades sobre los métodos que se estaban utilizando para su práctica; asumiendo que las autoridades podrían ignorar los abusos y la violencia cometidos en Cabo Verde.

Tomás de Mercado, también plantea una posibilidad hipotética. Podría darse el caso de que el comerciante hiciera una minuciosa y escrupulosa investigación del origen y condición de cada uno de los esclavos que iban a ser puestos a la venta, antes de hacer negocios. Entonces responde a esta posibilidad apelando - sin referencia exacta - a Aristóteles, así como a la razón en sí misma: “el buen letrado no ha de mirar o aconsejar solamente lo mejor, si no es factible, sino lo que se puede poner fácilmente en ejecución, especialmente en estos negocios de mercaderes”(Mercado, 1587b: 106). Ahora bien, orientar a favor de esta hipótesis sería imprudente, porque es muy difícil cumplir la propuesta. En el mejor de los escenarios, haría inviable el negocio de los esclavos. Se vuelve a evidenciar la aplicación de la razón práctica por parte de Tomás de Mercado, quien no solo considera lo

bueno, sino también la naturaleza del agente.

5. Corolario

En un pasaje algo confuso, al final del Capítulo XXI de la *Suma de Tratos y Contratos*, Tomás de Mercado (1587b: 107) también destaca un aspecto relacionado con el derecho y la teología, en el nuevo mundo “redondo” y “globalizado” de entonces, diciendo: “¿Pensáis que tenemos acá otro derecho u otra teología?” Con esto, quiere resaltar que hay un solo derecho y una sola teología, ya sea proclamada en Sevilla, Salamanca, Coimbra, en América o en África. No es una de las doctrinas normativas proclamadas por los doctores y otra experimentada por los comerciantes, lejos de los centros intelectuales o de poder. Es evidente el conflicto entre la buena fe de los reyes, de España o Portugal, y lo que realmente estaba sucediendo en términos legales y morales en los territorios conquistados en nombre de esos mismos soberanos. Desde el punto de vista institucional, existía una política amparada en un proyecto de cristianismo, basado en la fe cristiana, la razón griega y la tradición del derecho romano. Este conjunto de pautas requiere una cierta coherencia en las prácticas comerciales, evitando aquellas que serían escandalosas y detestables para los propios regentes. El autor atribuye los casos de violencia ocurridos en el comercio, especialmente en el comercio de esclavos, a la ambición desmedida y falta de escrúpulos de los conquistadores *encomenderos* y comerciantes de esclavos.

Si bien los soberanos no estaban al tanto de las atrocidades cometidas, hubo dos advertencias en las que insistió Tomás de Mercado (1587b: 107), con el fin de orientar la acción de los comerciantes: primero, la certeza de la existencia de un Dios al que él llama “Divina Majestad, que todo lo sabe y ve”, ante quien todos serán responsables de sus actos. En segundo lugar, la certeza, cuya fuente no es la teología ni el derecho, sino la convicción personal, que se expresa en las siguientes palabras: “también sé que aun en esta vida lo mal ganado, ello y su dueño, se pierde”. Refuerza esta percepción con la experiencia que cree que es de todos, a saber, que quienes intentaron prosperar comerciando con esclavos negros tuvieron prosperidad de corta duración. Lo que a Dios no le gusta, Dios lo castiga rápidamente. Como teólogo, sabía que esta recomendación no está probada; pero como

pastor y asesor de comerciantes, sabía que este tipo de apelación causaba intimidación.

Al final, Tomás de Mercado (Mercado, 1587b: 103) apela a un principio de autoridad, significativo en su época, a saber, que había “platicado, disputado y conferido [temas] con buenos eruditos, así en Salamanca, en México y aquí [de Sevilla]”. Con esto quería decir, que su opinión general no fue el resultado de su parcialidad o revelación divina, sino el resultado de la erudición de los más destacados doctores dominicos. Y termina abruptamente el capítulo, con la frase: "En lo demás cada uno consulte su confesor". En este corolario identificamos el respeto a la conciencia individual y la libertad, una libertad que tiene todo ser humano y sobre la que no existe una regla absoluta. Eran tiempos nuevos que se inauguraban: tiempos de libertad de conciencia.

Referencias bibliográficas

- Beuchot Puente, Mauricio. (1992). “Tomas de Mercado y la cuestión de la esclavitud de los negros”, en *Revista de Filosofía*, No. 75, pp. 342-50.
- Culleton, Alfredo Santiago. (2012). “Second-Scholastic Philosophy of Economics: Tomás Mercado’s Theory of Just Price”. *The Modern Schoolman*, No. 89, No. 1/2, pp. 9-24.
- Culleton, Alfredo Santiago. (2015). “The Origin and Autonomy of Money in Martín de Azpilcueta’s *Comentario Resolutorio de Cambios* (1556)”. *Mediaevalia. Textos e estudios*, No. 31, pp. 53-68.
- Mercado, Tomás de. (1587a). *Suma de tratos y contratos, Libro I*, Sevilla, Hernando Diaz. Recuperado de: <http://www.cervantesvirtual.com/obra-visor/suma-de-tratos-y-contratos--0/html/>. Fecha de consulta: 5 de enero de 2021.
- Mercado, Tomás de. (1587b). *Suma de tratos y contratos, Libro II, Capítulo XXI*, Sevilla, Hernando Diaz. Recuperado de: <http://www.cervantesvirtual.com/obra-visor/suma-de-tratos-y-contratos--0/html/>. Fecha de consulta: 5 de enero de 2021.
- Noonan, John Thomas. (1957). *The Scholastic Analysis of Usury*, Cambridge, Harvard University Press.
- Obregón, Liliana. (2002). “Críticas tempranas a la esclavización de los africanos”, *Afrodendientes en las Américas. Trayectorias sociales e identitarias. 150 años de la abolición de la esclavitud en Colombia*, Ed. UN, ICANH, IRD, ILSA, Bogotá, pp. 423-452.
- Sastre Varas, Lázaro. (1990). “Teoría esclavista de Tomás de Mercado”, en *Actas del II Congreso Internacional – Los Dominicos y El Nuevo Mundo*, Salamanca, Editorial J.B. Barquilla, pp. 287-300.
- Thomas, Hugh. (1997). *The Slave Trade: The History of the Atlantic Slave Trade: 1440-1870*, Nueva York, Touchstone.